



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGINHA

Município: VARGINHA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	17
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	18
VIII - CONCLUSÃO	18
IX - FOLHA DE ASSINATURA	20
X - ANEXOS	21





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada Eixo COVID-19
Entidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGINHA
CPF/CNPJ: 11.234.223/0001-30
Município/UF: VARGINHA-MG
Unidade Visitada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGINHA
CPF/CNPJ: 11.234.223/0001-30
Município/UF: VARGINHA/MG
Demandante: Componente Estadual do SNA
Forma: Direta
Objeto: Gestão
Abrangência: março de 2020 a maio de 2021
Gestão do Prestador: Plena
Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	01/06/2021	23/07/2021
Execução - In loco	26/07/2021	30/07/2021
Relatório	02/08/2021	23/08/2021

Tarefa Nº: 128610
Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1- Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG - exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2- Objetivo e Escopo

Realizar auditoria programada na Secretaria Municipal de Saúde de Varginha tendo como unidade visitada o Hospital Regional do Sul de



Minas, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a maio/2021.

3- Caracterização do Objeto de Auditoria.

Varginha é um dos municípios polo da Macrorregião de Saúde Sul e sede da microrregião de Varginha. A microrregião de Saúde possui uma população estimada de 201.309 habitantes, compreendendo os municípios de Varginha com 135.558 hab., Elói Mendes com 28.076 hab, São Gonçalo do Sapucaí com 25.449 hab, Monsenhor Paulo com 8.688 hab, Cordislândia com 3.378 hab. (Estimativa IBGE/TCU 2019). O município está habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG n.º 2.526, de 28 de agosto de 2017.

Segundo o Plano de Contingência da Macrorregião o município de Varginha tem como prestadores referência SRAG de 1ª prioridade o Hospital Regional do Sul de Minas e 2ª prioridade o Hospital de Campanha do Município de Varginha.

A unidade visitada nesta auditoria foi o Hospital Regional do Sul de Minas, entidade sem fins lucrativos, CNES 2761041. A entidade foi contemplada com o incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções: SES/MG: N.º 7160 de 17/07/2020, N.º 7295 de 13/11/2020, N.º 7384 de 29/01/2021, N.º 7396 de 09/02/2021, N.º 7446/2021 de 10/03/2021, N.º 7482/2021 de 20/03/2021. Para o enfrentamento à COVID-19 foi transferido pelo Fundo Municipal de Saúde de Varginha ao Hospital Regional do Sul de Minas o valor de R\$ 9.981.763,63, de acordo com o anexo 01 deste relatório. Pelo município houve uma subvenção em abril/2021, para aquisição de 10 (dez) monitores e 10 (dez) ventiladores pulmonares para implantação de mais dez leitos de UTI COVID-19. Não houve repasses de recursos próprios para compra de medicamentos, materiais, insumos ou outros equipamentos destinados ao enfrentamento da COVID-19.

De acordo com as informações das Deliberações CIB-SUS o HRSM disponibilizava inicialmente de 60 leitos COVID, sendo: 50 clínicos (42 adultos e 8 pediátricos) e 10 leitos de UTI COVID Adulto, segundo a Deliberação n.º 3205 de 14/08/20 até a Deliberação n.º 3268 de 27/11/20. Nos meses de novembro e dezembro/2020 houve a desativação de 1 leito para adequações da estrutura física da UTI, ficando de acordo com as Deliberações CIB-SUS n.º 3286 de 11/12/2020 e n.º 3292 de 23/12/2020 com 7 leitos novos mais 2 leitos de ampliação num total de 9 Leitos de UTI adulto. Através da Deliberação n.º 3301 de 30/12/20 foram liberados mais três leitos de ampliação e 7 leitos novos voltando a grade com o total de 10 leitos de UTI adulto. Das deliberações n.º 3310 de 25/01/21 até a Deliberação n.º 3366 de 30/03/21, passou a disponibilizar 22 leitos clínicos (20 adultos e dois pediátricos) e 10 leitos de UTI adulto. Devido a demanda de hospitalização de pacientes para UTI, em 14 de maio de 2021, através da Deliberação n.º 3405, foram redimensionados 10 leitos clínicos COVID para 10 leitos de UTI COVID, totalizando 32 leitos, distribuídos da seguinte forma: 20 leitos UTI adulto e 12 leitos clínicos (10 leitos adultos e 2 leitos pediátricos), mantendo dessa forma até a Deliberação N.º 3461 de 09/07/21 (anexo 05 deste relatório). Confirmada essa disposição na fase operativa da auditoria (julho/2021). O Hospital Regional só recebe pacientes para atendimento COVID-19 através de regulação via SUSfácil, tanto para leitos de UTI quanto para leitos clínicos.

IV - METODOLOGIA

1-FASE ANALÍTICA

- Análise de documentos que compõe o processo desta auditoria SEI N.º 1320.01.0052004/2021-62;
- Análise dos documentos enviados via email pela SMS: Instrumentos jurídicos formalizados entre a SMS e o Hospital, que viabilizaram repasses financeiros e materiais no período de abrangência março/2020 a maio/2021, para as ações de enfrentamento da COVID-19 (Termos de Subvenção, Termos de Cessão, Termos de Doação);
- Consulta ao Plano de Contingência da Macrorregião de Varginha;
- Relação de equipamentos, materiais, insumos e medicamentos destinados às ações de enfrentamento da COVID-19 no período de março de 2020 a maio de 2021;
- Notas fiscais, licitações, termos aditivos, termos de metas, extratos bancários, relação de pagamentos;
- Pesquisa no Portal da Transparência do Estado de MG; site da Receita Federal e site do IBGE;
- Consulta às Resoluções, Portarias e demais Normativas relacionadas ao município de Varginha para o enfrentamento da COVID 19, no período de março/2020 a maio/2021;
- Consulta ao CNES e as legislações vigentes com relação ao COVID-19;
- Levantamento de dados/informações/documentos com as áreas técnicas nível central e regional, relativas ao auditado e às ações de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



enfrentamento da COVID 19;

- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem federal repassados para o Hospital Regional para enfrentamento do COVID-19 do período março/2020 a maio/2021;
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem estadual repassados para o Hospital Regional para enfrentamento do COVID-19 do período março/2020 a maio/2021;
- Na análise de prontuários para as constatações quanto à utilização de equipamentos/materiais/insumos, se as internações hospitalares ocorreram de acordo com processo regulatório estipulado, utilização de protocolo de manejo clínico e se possui protocolos de segurança/fluxo organizado, foi verificado no SIH pelo sistema TABNET o registro de 835 internações no procedimento 03.03.01.022-3 - Tratamento de infecção pelo Coronavírus – COVID 19 pelo Hospital Regional do Sul de Minas no período de março/2020 a maio/2021. A equipe verificou in loco uma amostra de 127 prontuários, selecionados nos meses de novembro/2020- 19 prontuários(100%), dezembro/2020- 34 prontuários (100%); maio/2021 - 73 prontuários (97,3%)."

2-FASE OPERATIVA

Dia 26/07/2021

- Reunião de apresentação da equipe de auditoria na SMS. Esclarecimentos dos trabalhos de auditoria a serem realizados durante a fase operativa, estando presentes: o Secretário Municipal de Saúde, o médico A.F.F., o Superintendente Especial de Enfrentamento do Covid-19, o médico L.C.C., e o Diretor do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, E. R.M.;
- Recebimento e conferência da documentação contábil solicitada para análise in loco.

Dia 27 a 30/07/2021- Análise dos processos licitatórios, e toda documentação disponível, verificação patrimonial-conferência;

- Esclarecimentos do funcionamento do SCRA no enfrentamento da pandemia de COVID 19 e gestão dos recursos financeiros com o Diretor do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, E. R.M. em 27/07, com o Termo de Informação;

- Análise financeira e entendimentos com o setor de prestação de contas;

- Reunião com o responsável pela alimentação do CNES, e esclarecimentos quanto ao quadro de profissionais, equipamentos e número de leitos SRAG-COVID-19. Realizado o Termo de Informação em 27/07;

- Esclarecimentos quanto à alimentação do SIHD2, elaborado o Termo de Informação em 27/07;

- Dia 28/07- Reunião com a equipe do SCRA, o secretário municipal de saúde e o presidente do Conselho Municipal de Saúde para esclarecimentos e alinhamentos;

- Visita à unidade auditada, Hospital Regional, para verificação da compatibilidade de leitos/CNES/Resoluções e equipamentos/patrimônios/notas fiscais;

- Dia 29/07 a 30/07- Resolução das pendências e esclarecimentos finais nos setores afins;

- Dia 30/07- Reunião de encerramento com o Superintendente Especial de Enfrentamento do Covid-19, o médico L.C.C., representando o SMS, com ausência justificada;

- Efetuado o Termo de Auditoria com as devidas orientações quanto aos trâmites do processo de auditoria.

- Elaborado o Anexo 01 - Analisadas as transferências de recursos para enfrentamento à COVID-19 pelo FMS de Varginha ao HRSM.

- Elaborado o Anexo 02- Analisadas as transferências de recursos para enfrentamento à COVID-19 pelo FES ao HRSM.

- Foi preenchido/avaliado o anexo 05 -Leitos UTI-SUS Adulto para enfrentamento da COVID-19 nos Planos de Contingência para o Hospital

LIMITAÇÕES-Não houve.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642127

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Varginha celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Regional do Sul de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Minas, para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal e Municipal) referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Em análise dos documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Varginha, foi verificada a existência de instrumentos jurídicos formalizados com o Hospital Regional do Sul de Minas. O Convênio, bem como termos aditivos, constam as informações das regras e dos repasses dos recursos financeiros destinados ao enfrentamento da COVID-19 nas ações de média e alta complexidade, que comprovaram que os Recursos Financeiros foram repassados dentro das normas previstas nos instrumentos jurídicos firmados. A SMS firmou o Termo de Convênio nº 061/2020 e os respectivos Termos:

- 3º Termo Aditivo nº 094/2020 no valor de R\$ 528.803,38 (Quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e três reais e trinta e oito centavos e R\$ 4.238.960,25 (Quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos, referentes respectivamente às 1ª e 2ª parcelas do auxílio emergencial de que tratam Portarias 1393/2020 e 1448/2020;
- 4º Termo Aditivo nº 106/2020, no valor de R\$ 1.152.000,00 (Um milhão e cento e cinquenta e dois reais) para despesas hospitalares de que trata a Portaria 1.516/2020;
- 5º Termo Aditivo nº 139/2020 no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por diária por procedimento de 08 (oito) leitos UTI;
- 6º Termo Aditivo nº 194/2020 no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) referentes à habilitação de leitos de que tratam as Portarias 1.516 e 2.754/2020;
- 7º Termo Aditivo nº 211/2020 no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) referentes à prorrogação de habilitação de leitos de que tratam as Portarias 1.516 e 2.754/2020;
- 8º Termo Aditivo nº 248/2020 no valor de R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais) referentes à prorrogação de habilitação de leitos de que tratam as Portarias 1.516 e 3.039/2020;
- 9º Termo Aditivo nº 011/2020 no valor de R\$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais) referentes à prorrogação de habilitação de leitos de que tratam as Portarias 1.516 e 3.571/2020;
- 10º Termo Aditivo nº 069/2020 nos valores de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis reais), referentes à habilitação de leitos UTI de que tratam as Portarias PT/MS 373 e 431 de 2021;
- 11º Termo Aditivo nº 102/2020 2020 nos valores de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis reais), referentes à habilitação de leitos UTI de que tratam as Portarias PT/MS 373 e 431 de 2021;
- 12º Termo Aditivo nº 141/2020 2020 nos valores de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis reais), referentes à habilitação de leitos UTI de que tratam as Portarias PT/MS 373 e 431 de 2021;
- 13º Termo Aditivo nº 169/2020 2020 nos valores de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis reais), referentes à habilitação de leitos UTI de que tratam as Portarias PT/MS 373, 431 e 897 de 2021;
- 14º Termo Aditivo nº 170/2021 no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por diária por procedimento de leitos de enfermaria.

Foi firmado ainda, Termo de Compromisso 829/7461/2021 no valor de R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais) referentes a ressarcimento de produção de que tratam as Resoluções 7511 e 7546 de 2021.

Os instrumentos jurídicos apresentados, celebrados com o Hospital Regional do Sul de Minas estão formalizados conforme os critérios exigidos na legislação aplicada Tais fatos estão de acordo com a Portaria GM/MS nº 1.393 de 21/05/2020, Art. 5º; Termos Aditivos 3º a 14º acrescidos ao Convênio n.º 061, Resolução SES/MG nº 7.461/2020, Art. 1º, Parágrafo único; Termo de Compromisso n.º 829/7160, Cláusula Segunda, Item I.

Fonte da Evidência: - Convênio 061/2017 (dezembro de 2017);

- Termos Aditivos ao Convênio 061/2021, descritos na evidência;
- Termo de Compromisso n.º 829/2021;
- Termo de informação da diretora do HRSM, Sra. C.A.S. em 29/07/2021;
- Termo de Informação Gestor SMS em 29/07/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 660377



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Varginha não celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Regional do Sul de Minas, para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Estadual referente ao enfrentamento da COVID-19) e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Através da análise dos documentos enviados na fase analítica pelo auditado, como extratos bancários e demonstrativos contábeis de receitas e despesas constatou-se que no período de abrangência da auditoria, a SMS de Varginha recebeu, do Fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID 19, nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional os valores conforme detalhado no Anexo 01 deste Relatório de Auditoria. Foi constatado que no ano de 2020 não ocorreram repasses ao FMS destinados ao HRSM. Em 2021, por meio da Resolução SES/MG N.º 7.461, de 31 de março de 2021 ocorreu repasse no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais) referente à parcela excepcional de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do sistema de gases medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional - Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus-COVID19. Foi verificado que as documentações apresentadas pela entidade, referentes às despesas (relatórios de atividades e/ou serviços, notas fiscais, transferências bancárias, extratos bancários, relações de pagamentos efetuados), demonstram sua comprovação, porém, não houve celebração do devido instrumento jurídico - Termo Aditivo ao Convênio instruindo a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS, transferidos ao Hospital para enfrentamento da COVID 19. Tal fato está em desacordo com: Termo de Compromisso 829/7476/2021 Cláusula Segunda, item 1a, Portaria GM/MS N.º 1.393 de 21/05/2020, Art. 5º; Portaria GM/MS N.º 1.448 de 29/05/2020, Art. 1º e Art. 2º; Decreto Estadual N.º 45.468/2010, Art. 12; Resolução SES/MG N.º 7461/2021, Art. 1º e 2º e Anexo I.

Fonte da Evidência: -Manifestação PGM RES.7461-21;
-Termo de compromisso 7461 - HRSM
-B.O. 01/03/2020 a 31/05/2021;
-Movimentação Bancária;
-Termo de Compromisso 829/7461 da SMS ao Hospital.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 70/2023/DRCAA/SEMUS de 08/07/2023, o Sr. A. N. B. (pessoa jurídica da Secretaria Municipal de Varginha), e o Sr. L. C. C. (pessoa física notificada), encaminharam conjuntamente a seguinte manifestação: O Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria é responsável pela formalização dos instrumentos jurídicos e encaminhamento à Procuradoria Geral do Município - PGM para avaliação de legalidade e autorização de Celebração de Aditivo ao Convênio nº 61/2017, nos termos da Resolução nº 7461/2021 . No caso em epígrafe, foi realizada consulta jurídica à PGM sobre a possibilidade de realizar Termo Aditivo ao Convênio nº 61/2017, para repasse de recursos financeiros provenientes da Resolução SES/MG nº 7461/2021, expedida pelo Estado de Minas Gerais, o qual destinou tais recursos em forma de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de contingência Microrregional e Grade de Leitos do Estado de Minas para o enfrentamento do Coronavírus e COVID-19. A Procuradoria Geral do Município, analisou o pleito e encaminhou resposta manifestando pela desnecessidade de formalização de termo aditivo ao Convênio nº 061/2017, para repasse dos recursos provenientes da Resolução SES/MG N.º 7461/2021, ao Hospital Regional do Sul de Minas uma vez que a transferência dos recursos já é prevista nos atos normativos citados neste parecer, os quais criam direitos e obrigações entre as partes.(doc.) Desta forma solicitamos análise ao Parecer anexo, considerando a Constatação 660377 como sanada uma vez que os instrumentos celebrados anteriormente (Convênio nº 61/2017 e Aditivos) são suficientes para legalização do repasse efetuado.

Análise da Justificativa: O auditado e o interessado argumentaram que a Procuradoria Geral do Município de Varginha manifestou-se pela desnecessidade de formalização de termo aditivo, uma vez que a transferência de recursos já estaria formalizada em atos normativos. Apesar do entendimento da Procuradoria, cumpre destacar que a Resolução SES/MG n.º 7461/2021 normatiza o repasse dos recursos. Em conformidade com a resolução, o Termo de Compromisso 829/7461 é instrumento que formaliza o repasse. O Termo cria obrigações apenas entre a SES



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



e o município de Varginha. Ele não cria obrigações ao Hospital Regional do Sul de Minas, mas condiciona a consecução do objeto e o repasse de recursos do município de Varginha ao Hospital Regional do Sul de Minas à formalização e publicação de instrumento jurídico entre o município e a entidade beneficiada. Entretanto, na manifestação não foi apresentado o instrumento jurídico-contratual referente à Resolução SES/MG n.º 7461/2021 e ao Termo de Compromisso 829/7461 para efetivação do repasse dos recursos estaduais do município de Varginha ao Hospital Regional do Sul de Minas. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.234.223/0001-30

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Varginha que celebre instrumentos jurídicos com prestadores nos casos de repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal), e que nestes instrumentos constem cláusulas que promovam o acompanhamento e a fiscalização dos mesmos, conforme Portaria GM/MS N.º 1.393 de 21/05/2020, Art. 5º; Portaria GM/MS N.º 1.448 de 29/05/2020, Art. 1º e Art. 2º; Decreto Estadual N.º 45.468/2010, Art. 12.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11 234.223/0001-30

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642128

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Utilização de Recursos Vinculados-Média e Alta Complexidade

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Varginha aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional do Sul de Minas.

Evidência: Através da análise dos documentos enviados na fase analítica pelo auditado, como extratos bancários e demonstrativos contábeis de receitas e despesas constatou-se que no período de abrangência da auditoria, a SMS de Varginha recebeu, do Fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID 19, nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional os valores conforme detalhado no Anexo 01 deste Relatório de Auditoria. Foi constatado que no ano de 2020 não ocorreram repasses ao FMS destinados ao HRSM. Em 2021, por meio da Resolução SES/MG N.º 7.461, de 31 de março de 2021, foi firmado o Termo de Compromisso 829/7641 que viabilizou o repasse no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais) referente à parcela excepcional de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do sistema de gases medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional - Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus-COVID19. Foi verificado que as documentações apresentadas pela entidade, referentes à comprovação das despesas (relatórios de atividades e/ou serviços, notas fiscais, transferências bancárias, extratos bancários, relações de pagamentos efetuados), demonstram a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS, transferidos ao Hospital para enfrentamento da COVID 19. Tal fato está de acordo com: Portaria GM/MS N.º 1.393 de 21/05/2020, Art. 5º; Portaria GM/MS N.º 1.448 de 29/05/2020, Art. 1º e Art. 2º. Aditivo N.º 094/2020- 3º Termo Aditivo ao convênio N.º 061/2017; Decreto Estadual N.º 45.468/2010, Art. 12; Resolução SES/MG N.º 7461/2021, Art. 1º e 2º e Anexo I, Termo de Compromisso 829/7641.

Fonte da Evidência: -Termo de Compromisso 829/7641,

- BO do período auditado - fonte DCF/SES/MG;
- Extratos bancários das contas específicas;
- Notas fiscais;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Relatórios de atividades e serviços efetuados pelas contas específicas, referentes à movimentação de recursos financeiros recebidos pelo SUS para enfrentamento da COVID-19 no período de março de 2020 a maio de 2021;
- Razões de banco e extratos das contas correntes do FMS.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642203

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: A Secretaria Municipal de Varginha aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional do Sul de Minas.

Evidência: Constatou-se, através da análise dos documentos apresentados, que a SMS de Varginha realizou os repasses destinados ao Hospital e aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional do Sul de Minas.

A SMS de Varginha recebeu o valor de R\$ 9.501.763,63 (nove milhões quinhentos e um mil setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos) referentes às Portarias GM/MS N.º: 1393/2020; 1448/2020; 1516/2020; 1666/2020; 2754/2020; 3039/2020; 3293/2020; 3751/2020; 373/2021; 431/2021; 897/2021; 1059/2021, destinados ao Hospital Regional, na conta corrente N.º 2645-x agência 0032-9, Banco do Brasil.

O valor de R\$ 4.238.960,25 (quatro milhões duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) referentes à Portaria GM/MS nº1448/2020 foi creditado na conta do FMS em 05/06/2020 e repassado ao hospital em 22/06/2020.

O valor de R\$ 1.152.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil reais) referentes à Portaria GM/MS N.º1516/2020 foi creditado na conta do FMS em 19/06/2020 e repassado ao hospital em 16/07/2020.

O valor de R\$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais) referentes à Portaria GM/MS nº3571/2020 foi creditado na conta do FMS em 28/12/2020 e repassado ao hospital em 09/02/2021.

Tais fatos estão de acordo com a Portaria GM/MS N.º 3.392 de 28/12/2017.

Fonte da Evidência: - Extratos bancários das contas CEF - 624.021-2 e 624.020-4 do período auditado;
- Cópia digital de Movimentação de pagamentos, do período
- Prestações de contas.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642137

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Comprovação de despesas

Constatação: A SMS de Varginha aplicou adequadamente os recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional do Sul de Minas.

Evidência: Através da análise dos documentos enviados na fase analítica pelo auditado, foi verificada a publicação de Lei Municipal 6814/2021 que trata de concessão de subvenção destinada à compra de equipamentos necessários à ampliação da capacidade de atendimento do hospital por meio de habilitação de 10 (dez) novos leitos de UTI. Através da de Celebração do Convênio 016/2021 em conformidade com as documentações apresentadas, referentes à comprovação das despesas (relatórios de atividades e/ou serviços, notas fiscais, transferências bancárias, extratos bancários, relações de pagamentos efetuados), demonstram a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS, transferidos ao Hospital para enfrentamento da COVID 19. Na fase operativa, foram verificados in loco as documentações dos equipamentos/materiais em seus respectivos setores. Foi concedida subvenção social, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), em abril de 2021 para compra de equipamentos, conforme Lei Ordinária 6814/2021, cuja prestação de contas se dará em até 90 dias. Os documentos foram confrontados com os mesmos apresentados pelo prestador, inseridos no SEI. Tal fato está de acordo com: Portaria GM/MS n.º 1.393 de 21/05/2020, Art. 5º; Portaria GM/MS n.º 1.448 de 29/05/2020, Art. 1º e Art. 2º.; Lei Ordinária 6814/2021, Convênio 016/2021.

Fonte da Evidência: - Lei Ordinária 6814 de 13.04.2021 da Câmara Municipal de Varginha



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Memorando/SEMUS/DRCAA/ 100/2021
- Ofício nº 41/2021 de 09/04/2021;
- Convênio 016/2021;
- NF 9.184 de 27/04/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642330

Subgrupo: Convênios

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID -19 destinados ao Hospital Regional do Sul de Minas estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado e com a legislação vigente.

Evidência: Através da análise da documentação financeira disponibilizada pela Secretaria Municipal, verificou-se que a Secretaria Municipal de Varginha formalizou os processos de pagamentos referentes às ações de média e Alta Complexidade no enfrentamento da COVID-19 destinados ao Hospital Regional. A Secretaria Municipal de Saúde atuou como entidade repassadora dos recursos financeiros municipais, estaduais e federais, cabendo ao FMS de Varginha realizar a gestão financeira dos recursos e por conseguinte formalizar os processos de pagamentos necessários para enfrentamento à COVID-19. Ficou evidenciado que as documentações apresentadas, referentes à comprovação das despesas (relatórios de atividades e/ou serviços, notas fiscais, transferências bancárias, extratos bancários, relações de pagamentos efetuados), demonstram a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS, transferidos ao Hospital Regional para enfrentamento da COVID 19. Tal fato está de acordo com: Lei nº 4.320/1964, IN TCE nº 19 e normas do SUS, Lei Federal nº 8.666/93 artigos 24 e 25, . Lei Federal nº4.320/1964, art. 63 §2º inciso I, II e III, Decreto Federal 10360/ 2020 e MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020. Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020, . Instrução Normativa TCE/MG nº 19 art. 10 inciso I ao VI §1º e 2º, Termo de Convênio nº 061/2020, Termo de Compromisso n.º 829/2021.

Fonte da Evidência: -Termos Aditivos ao Convênio 061/2020, descritos na evidência;

- Termo de Compromisso n.º 829/2021;
- Relação de contratos e convênios extraídos do Portal da Transparência da SMS de Varginha;
- Relação das contas correntes do FMS com movimentações dos recursos financeiros para enfrentamento da COVID 19;
- Notas de Empenhos SMS/Varginha n.ºs: 06033/2020, 03479/2020, 03053/2020, 03054/2020, 00223, 00738, 00739, 00779, 00223, 023006, 02306, 02549, 03647 de 2021;
- Notas Fiscais emitidas pela SMS para o Hospital n.ºs 8625, 8222, 8173, de 2020, 8848, 8878, 8879, 8902, 9062, 9229, 9087, 9086, 9141, 9140, 9307 de 2021;
- Relação de ordens bancárias;
- Conciliação bancária do período de execução dos recursos;
- Relação de Empenhos de todos os repasses de recursos ao Hospital;
- Extratos bancários da conta corrente 624.020-4, Agência 0163 do FMS de Varginha;
- Cópia do cartão de situação cadastral que comprova a inscrição do FMS no CNPJ;
- Lei Ordinária nº 6814/2021- Convênio 016/2021;
- NF 9.184 de 27/04/21;
- Extrato BB ag. 0032-9, c/c 61575-7.
- Termo de informação da diretora do HRSM, Sra. C.A.S. em 29/07/2021;
- Termo de Informação Gestor SMS em 29/07/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642228

Subgrupo: Contrato

Item: Recebimento de Recurso Financeiro



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A SMS de Varginha não realiza acompanhamento da execução do (s) instrumento (s) jurídico (s) firmado (s) com o Hospital Regional do Sul de Minas, para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Varginha não acompanha e fiscaliza a execução do Termo de Convênio N.º 061/2017, firmado com o Hospital Regional, para execução de ações e serviços de saúde referentes ao SUS para repasse de recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade de enfrentamento da Covid-19, pelo Hospital. Constatou-se a inexistência da Comissão de Acompanhamento, Controle e Avaliação, conforme previsto no referido Termo de Convênio em sua cláusula quarta. Em reunião realizada pela equipe e os representantes do controle interno e gestor, ficou evidenciada que tal comissão não está formalmente constituída. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, Capítulo II, Artigo 5º, Inciso VII e Capítulo VI, Artigo 33; Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37; Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo V, Seção IV, Artigo 32, Caput; Resolução CIT N.º 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n. e com o Termo de Convênio N.º 61/2017, Cláusula Quarta - Do Acompanhamento, Controle e Avaliação.

Fonte da Evidência: - Termo de Convênio 061/2017;

- Termo de entrevista/depoimento com o Diretor do DRCAA (Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria), E.R.M., datado de 29/07/2021;

- Ata da Reunião com equipe de auditoria em 29/07/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 70/2023/DRCAA/SEMUS de 08/07/2023, o Sr. A. N. B., (pessoa jurídica da Secretaria Municipal de Varginha), e o Sr. L. C. C. (pessoa física notificada), encaminharam conjuntamente a seguinte manifestação:

O Município de Varginha, considerando a Portaria N.º 1.559, de 1º de agosto de 2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde- SUS, editou o Decreto n.º 7.782 de 02 de agosto de 2016, criando o Complexo Regulador Municipal de Auditoria e a Portaria Municipal n.º 13.222, de 02 de agosto de 2016, nomeando os servidores de que comporiam o Complexo Regulador Municipal de Auditoria.

Registre-se que, mesmo com a nomeação de servidores não foi realizada capacitação específica para os Auditores e que tal fato prejudicou de sobremaneira as Auditorias em geral uma vez que a função é pautada nos princípios, diretrizes e regras de auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde, no qual estabelece que dentre princípios éticos e profissionais está a competência e capacidade profissional e que era premente investimento na capacitação sobre a temática Auditoria de Contas Hospitalares, Auditoria de OPME, Auditoria no SUS dos servidores efetivos que integram a equipe, mitigando riscos no exercício das funções e ainda, prejuízo na auditoragem. Importante ressaltar que mesmo com todas as dificuldades ora apresentadas sempre houve a presença de médico auditor no Hospital Regional de Varginha. É oportuno salientar, que durante o período da pandemia Covid-19 todos os servidores da saúde, independentemente das suas funções, ficaram de sobreaviso e foram escalados para atendimento às diversas demandas que surgiam diariamente sendo a doença desconhecida e extremamente perigosa, com um índice altíssimo de mortalidade.

Registre-se também que o Hospital Regional do Sul de Minas encaminha mensalmente Plano Operativo nos termos do Convênio n.º 61/2017, contendo toda a produção efetuada e arquivo de produtividade, que é também conferido pela equipe financeira do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria antes de se efetuar o pagamento.

Desta forma solicita-se que a constatação 642228 seja considerada sanada.

Análise da Justificativa: As justificativas apresentadas abordam a implantação do Componente Municipal de Auditoria, dificuldades de capacitações e consequente prejuízo na auditoragem. Registrou-se que o Hospital Regional do Sul de Minas encaminhou mensalmente o Plano Operativo nos termos do Convênio 61/2017, com a produção efetuada e arquivo de produtividade, que é conferida pela equipe financeira do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria antes de efetuar o pagamento, porém não enviou a documentação comprobatória. O auditado não apresentou em sua defesa informações acerca do efetivo acompanhamento da execução do Termo de Convênio n.º 061/2017 e sobre a eventual constituição da Comissão de Acompanhamento, Controle e Avaliação prevista no referido termo. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.234.223/0001-30

Recomendação: Recomenda-se realizar acompanhamento dos instrumentos jurídicos firmados com prestadores. Capacitar a Comissão de Acompanhamento Controle e Avaliação, conforme preconizado na Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, Capítulo II, Artigo 5º, Inciso VII e Capítulo VI, Artigo 33; Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37; Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo V, Seção IV, Artigo 32, Caput; Resolução CIT N.º 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n. e com o Termo de Convênio N.º 61/2017, Cláusula Quarta - Do Acompanhamento, Controle e Avaliação.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11 234.223/0001-30

Grupo: Regulação Constatação Nº: 643103

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS de Varginha realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19.

Evidência: A SMS de Varginha demonstrou que há acompanhamento da ocupação dos leitos conforme o quantitativo disponível para atendimento dos pacientes em casos suspeitos ou confirmados de COVID-19. Através dos relatórios extraídos do CNES constatou-se compatibilidade entre o quantitativo de leitos com a capacidade instalada do Hospital. Verificou-se que as atualizações do CNES encontram-se de acordo com a legislação que contemplou o incentivo financeiro pela disponibilização/manutenção dos leitos de UTI COVID-19, em cada mês/competência. Essas informações foram comparadas e certificadas no Plano de Contingência e também confirmadas no Termo de Informação do responsável pelas atualizações do CNES na SMS de Varginha, Sr. A.J.M.N. em 27/07/2021 e no Termo de Informação da diretora do hospital Sra C.A.S. em 29/07/2021. Informado pela servidora responsável do setor de epidemiologia, Sra R.S.S, em 30/07/2021, que foi estabelecido um fluxo para referenciar as fichas de notificações dos casos suspeitos e confirmados para COVID-19. Foi elaborada uma planilha para o controle das internações em todas as instituições hospitalares do município, visando a uniformização de informações. O HRSM envia diariamente a ficha de notificação dos pacientes suspeitos e/ou com diagnóstico para COVID-19 ao setor de epidemiologia, em formulário próprio padronizado pelo Ministério da Saúde. Foi criada uma planilha padrão contendo dados sobre a internação, data e local da internação, (CTI, pediatria e enfermagem), local de residência, alta, óbito. Essa planilha é preenchida diariamente e enviada no período da manhã para a epidemiologia. As ocorrências de óbitos são registradas na planilha, e também informadas via telefone, pela enfermeira do Serviço Controle de Infecção Hospitalar-SCIH. Através da planilha é elaborado o Boletim Diário/Coronavírus, com dados atualizados de todas as internações e notificação da ocorrência dos óbitos. Foram também avaliadas as planilhas e gráficos as quais demonstram: o total de internações (abrange de março/2020 a junho/2021), total de pacientes positivos para o procedimento COVID 19 e o setor de procedência e verificou a consistência das informações. In loco foram analisados 126 prontuários no procedimento 0303010223, segundo competências: novembro/2020- 19 prontuários (100% analisados), dezembro/2020- 34 prontuários (100% analisados) e maio de 2021-73 prontuários (97,3% analisados). Verificou-se que todos os pacientes desses prontuários constavam na planilha padrão que o hospital envia diariamente para a SMS. O diretor do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do município, Sr. E.R.M, através do Termo de Informação, em 27/07/2021, relatou que realiza o controle da taxa de ocupação através de dados informados diariamente pelo hospital e faz o monitoramento in loco. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo XXIV Art.10º, Inciso I e Anexo XXIV, Capítulo I, Art.5º, Inciso II.

Fonte da Evidência: -Plano de Contingência de abril/2020;
-Relatórios CNES do período auditado;
-Termo de Informação do responsável pelas atualizações do CNES na SMS de Varginha, Sr. A.J.M.N. em 27/07/2021;
-Termo de Informação da diretora do hospital Sra. C.A.S. em 29/07/2021;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Termo de Informação da servidora responsável pelo setor de epidemiologia, Sra R.S.S, em 30/07/2021;
- Termo de Informação do diretor do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria Sr. E.R.M. em 27/07/2021;
- Planilha padrão da SMS, de pacientes internados com suspeita de COVID 19 no período de março/2020 a junho/2021;
- Planilha com números diários de internações por setor no período de março/2020 a junho/2021;
- Planilhas com taxas de ocupação diária COVID no CTI, enfermaria e pediatria;
- Planilhas e gráficos de monitoramento/acompanhamento das internações no período de abril/2020 a junho/2021;
- Censo diário de leitos COVID-19 no período de abril/2020 a junho/2021;
- Análise de 126 prontuários nas competências; novembro, dezembro/2020 e maio/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 643106

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Regional do Sul de Minas, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: Foram analisados os relatórios elaborados pela SMS de Varginha que demonstram a realização de monitoramento e controle contínuos da produção referente à todas as internações (em leitos clínicos e de UTI adulto) de casos de COVID-19, nas competências de março de 2020 a maio de 2021. Por meio de avaliação de relatórios de SIHD no período auditado verificou-se que a SMS de Varginha realiza o acompanhamento e monitoramento da produção hospitalar. Estes relatórios são elaborados mensalmente, em relação à competência anterior, para pagamento do prestador. Eles contêm informações sobre o valor financeiro apresentado e o valor aprovado. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo XXIV, Inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Art. 37; Resolução CIT N.º 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Resolução SES/MG N.º 7.265, de 21 de outubro de 2020, Art. 7º, Anexo V; Norma complementar: Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH janeiro/2017, item 4.3 p.9

Fonte da Evidência: - Relatórios do SIHD2-competências: março, abril e maio/2021;
- AIHs aprovadas- competências: abril maio; junho.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642393

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS de Varginha valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital Regional do Sul de Minas conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Os processos de pagamentos apresentados pela SMS de Varginha, referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19, destinados ao Hospital Regional do Sul de Minas constam de Notas de Empenhos e respectivos comprovantes referentes às transferências de recursos financeiros para as ações e serviços públicos de saúde por fonte de recurso, dotações orçamentárias, liquidação e ordens bancárias, termos de contratos e convênios acompanhados das respectivas prestações de contas, relação de contas correntes do FMS e do Hospital com todos os lançamentos de débito e crédito, relação dos pagamentos ao Hospital, relação dos empenhos, conciliação bancária e uma planilha detalhada apresentada pela SMS, de todos os contratos e convênios com os respectivos valores de cada instrumento jurídico. Tal fato está de acordo com a Lei Federal N.º 4.320/1964, Art. 63, § 2º, Incisos I, II, III; Instrução Normativa TCE/MG N.º 19/2008; Art. 10, Incisos I ao VI, § 1º e 2º; Lei Federal N.º 8.666/1993, Art. 24, 60, 61, § único.

Fonte da Evidência: - Cópias dos Contratos e Convênios: Termo Aditivo ao Termo de Metas N.º 7295/2020 com fundamento Res. SES/Mg N.º 7396/2021; Termo de Metas N.º 829-7461; Termo de Metas N.º 899-7482. Termos Aditivos aos Convênios Firmados com SMS de Varginha-MG: Termo Aditivo N.º 094/2020; Termo Aditivo N.º 106/2020; Termo Aditivo N.º 139/2020; Termo Aditivo N.º 194/2020; Termo Aditivo N.º 211/2020; Termo Aditivo N.º 248/2020; Termo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Aditivo N.º 011/ 2021; Termo Aditivo N.º 069/2021; Termo Aditivo N.º 102/2021; Termo Aditivo N.º 141/2021; Termo Aditivo N.º 169/ 2021.

- Notas de Empenhos SMS/Varginha N.ºs: 06033/2020; 03479/2020; 03053/2020; 03054/2020; 00223, 00738; 00739; 00779; 00223; 023006; 02306; 02549; 03647 de 2021;

- Notas Fiscais emitidas pela SMS para o Hospital N.ºs : 8625; 8222; 8173 de 2020; 8848; 8878; 8879; 8902; 9062; 9229; 9087;

9086; 9141; 9140; 9307 de 2021;

- Relação de ordens bancárias;

- Conciliação bancária do período de execução dos recursos;

- Relação de empenhos de todos os repasses de recursos ao Hospital;

- Extratos bancários da conta corrente 624.020-4, Agência 0163 do FMS de Varginha;

- Relação de contratos e convênios extraídos do Portal da Transparência da SMS de Varginha.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação N.º: 642135

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Programação Anual de Saúde

Constatação: A SMS de Varginha não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Através da análise dos documentos apresentados, foi verificado que a SMS de Varginha não promoveu os ajustes necessários no PMS 2018 - 2021 e PAS 2020, de modo a contemplar as ações/metabolismos e recursos financeiros referentes ao enfrentamento da pandemia COVID-19. Os instrumentos apresentados foram submetidos à apreciação pelo CMS conforme registrado em Reunião Plenária Ordinária realizada em 17 de março de 2020 e aprovados por Resolução CMSV N.º 003/2020, porém, sem as implementações adequadas à legislação vigente. Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação N.º 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b,c,d,e,f,g , incisos II e III e § 7º; Nota Técnica n.º 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde 2018/ 2021;

- Plano Anual de Saúde 2020;

- Plano Anual de Saúde 2021;

- Resolução CMSV N.º 003/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio do Ofício 70/2023/DRCAA/SEMUS de 08/07/2023, o Sr. A. N. B., (pessoa jurídica da Secretaria Municipal de Varginha), e o Sr. L. C. C. (pessoa física notificada), encaminharam conjuntamente a seguinte manifestação:

O PMS e a PAS são compostos por todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde , inclusive Atenção Primária e Secundária demandando esforços de todos os servidores envolvidos. Durante a Pandemia Covid-19 todos os recursos recebidos foram amplamente divulgados junto ao Conselho Municipal de Saúde e população em geral e também foram devidamente formalizados no Plano Municipal de Saúde . Foi acrescentado ao final do Plano Municipal de Saúde (anexo, vide páginas 96 a 100) e também na Programação Anual de Saúde, Ações de enfrentamento ao COVID-19, envolvendo os diversos Setores da SEMUS: Atenção básica, Atenção de Média e alta complexidade, Assistência Farmacêutica, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Administração Geral. Todas as ações foram voltadas principalmente para assistência aos munícipes de Varginha e região, em vista da situação emergencial declarada. Solicitamos que esta Constatação seja também considerada sanada.

Análise da Justificativa: A SMS de Varginha apresentou o PMS 2018-2021 e as PAS 2020 e 2021 com as resoluções de aprovação pelo CMS. Porém, não foram realizados ajustes no PMS 2018-2021 e na PAS 2020, inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19. Verificado as páginas citadas na manifestação (pag.96 a pag.100) do PMS e não encontradas a inserção das ações de enfrentamento ao Covid-19, bem como nas PAS. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.234.223/0001-30

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Varginha que registre no PMS e na PAS informações referentes à situações de emergência que ocorrerem na área da saúde que a legislação assim o exigir, incluindo informações sobre os recursos financeiros destinados ao combate de situações emergenciais, conforme determina a Portaria de Consolidação N.º 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b,c,d,e,f,g , incisos II e III e § 7º; Nota Técnica n.º 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11 234.223/0001-30

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 642136

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS de Varginha apresentou os RDQAs ao Conselho Municipal de Saúde mas não à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: Em análise à documentação apresentada, verificou-se que nas Atas do Conselho Municipal de Saúde de 22/09/2020, constam a apresentação de todos os RDQAs do ano de 2020. Verificado que no último RDQA elaborado no período (RDQA 3/ 2020), consta prestação de contas de metas e ações referentes ao enfrentamento da COVID 19. Conforme deliberado na 377ª Reunião Plenária, ordinária, realizada em 22 de setembro de 2020, e na 379ª Reunião Plenária, ordinária, realizada em 20 de outubro de 2020, os RDQAs foram devidamente apresentados e aprovados através da Resolução CMV N.º 11/2020. Porém, não foram verificadas informações ou documentos que demonstrem a devida apresentação à Câmara de Vereadores. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação N.º 01/2017, Título IV Art. 100 incisos I, II, III; Nota Técnica N.º 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência:

- Resolução CMSV N.º 011/2020;
- RDQA 1, 2 E 3 de 2020;
- Ata CMSV de 22/09/2020 - Aprova RDQA;
- Ata da 377ª Reunião Plenária, ordinária, realizada em 22 de setembro de 2020;
- Ata da 379ª Reunião Plenária, ordinária, realizada em 20 de outubro de 2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 70/2023/DRCAA/SEMUS de 08/07/2023, o Sr. A. N. B. (pessoa jurídica da Secretaria Municipal de Varginha) e o Sr. L. C. C. (pessoa física notificada), encaminharam conjuntamente a seguinte manifestação:

Quanto a esta constatação cumpre-nos novamente declarar as impossibilidades e restrições provocadas pela pandemia covid-19. Observe-se que na Reunião Plenária Ordinária do CMSV Conselho Municipal de Saúde de Varginha, o Presidente do Conselho, C. M. S., informa em sua primeira fala, que a reunião programada para este dia foi anteriormente agendada para ser realizada no plenário da Câmara de Vereadores, contudo, devido à Pandemia do COVID-19, o Poder Legislativo Municipal suspendeu as atividades nas suas dependências, e, por isso, o colegiado se reunirá na própria sede, conforme foi avisado por e-mail durante a tarde. Diante da grave situação (grifo nosso). Cabe ressaltar que a SEMUS, tendo à frente o Secretário Municipal de Saúde, Dr. L. C. C., juntamente com os Prefeitos Municipais (A. S. inicialmente e V. L. M. posteriormente) realizaram inúmeras reuniões on line com diversos segmentos da população, para esclarecimento de recursos, implantação de Hospital de Campanha, liberação de leitos de UTI, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, orientações a toda a população, tendo sempre o acompanhamento da Câmara de Vereadores mesmo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



que de forma remota, uma vez que o Poder Legislativo de Varginha é muito atuante e presente principalmente no quesito saúde.

Pode ser verificado nas reuniões da Câmara Municipal de Varginha, que as sessões foram suspensas mas que em nenhum momento o Poder Legislativo deixou de acompanhar todas as ações da saúde, principalmente num momento tão importante

e tão grave na história mundial. A saúde encaminha os gastos regularmente à Câmara

Municipal, mesmo na impossibilidade de apresentação em vista da suspensão das atividades (sessões) durante a pandemia. Desta forma solicita-se que a Constatação 642136, seja considerada como sanada.

Análise da Justificativa: De acordo com email enviados em 29/06/2021 e 02/07/2021 à presidente da Câmara Municipal de Varginha, Sra Z. M. S., foi verificado o encaminhamento dos RDQAs. No emails de 29/07/2023, a SMS solicita espaço em alguma reunião da câmara (audiência pública) para apreciação desses documentos. Foi salientado nesse email que tais documentos representam a prestação de contas da saúde municipal do ano de 2020. Nas justificativas do ofício Ofício 70/2023/DRCAA/SEMUS foi informado que as reuniões da Câmara Municipal de Varginha foram suspensas, mas em nenhum momento o Poder Legislativo deixou de acompanhar todas as ações da saúde. Informado ainda que a saúde encaminha os gastos regularmente à Câmara Municipal, mesmo na impossibilidade de apresentação em vista da suspensão das atividades (sessões) durante a pandemia. Em análise dos emails e argumentações apresentadas, a equipe entende que foram tomadas todas as providências cabíveis no que compete à SMS.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 642392

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: O RAG 2020 contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Em análise à documentação apresentada, verificou-se que na Ata do Conselho Municipal de Saúde na data de 30/03/2021 consta a apresentação do RAG 2020. Verificado que no último RAG elaborado (2020), consta prestação de contas de metas e ações referentes ao enfrentamento da COVID 19. Tal fato está em de acordo com a Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.5 e 5.3.

Fonte da Evidência: .RAG 2020 (assinado em 29/03/2021) e apresentado ao CMS;
.Ata da Reunião Plenária Extraordinária do CMS de Varginha de 30/03/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 642369

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS de Varginha não promoveu a devida alteração/complementação na LDO para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Foram apresentadas à equipe, a Lei N.º 6171 de 06/07/2020 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária (LDO) para o exercício de 2021. Verificou-se que a LDO de 2020 é de julho/2020, entretanto, não foram apresentadas versões posteriores do referido documento que contemplassem alterações relacionadas parte da saúde para enfrentamento à COVID. Já com relação à LDO 2021, observou-se que a mesma não menciona que a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais poderão conter dotação específica destinada ao enfrentamento à pandemia COVID-19. O município enviou ainda documentação referente concessão de créditos especiais para enfrentamento à



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



COVID para o exercício de 2020, considerando o período de abrangência que foi de março/2020 a maio/2021. Apesar do município promover alterações no orçamento por meio de leis, não foram apresentadas alteração/complementação na LDO para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal N.º 10.360/2020 Art. 1º incisos I, II e III e com a Instrução Normativa N.º 41/2020, Art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada da Lei nº 6.717 de 06 de julho de 2020;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020;
- https://www.varginha.mg.gov.br/portal/leis_decretos/30075/ em 24/01/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 70/2023/DRCAA/SEMUS de 08/07/2023, o Sr. A. N. B., representante da pessoa jurídica da Secretaria Municipal de Varginha, e o Sr. L. C. C. (pessoa física notificada), encaminharam conjuntamente a seguinte manifestação: Todos os recursos para enfrentamento à Pandemia Covid foram repassados dentro da conta da Administração Geral na LDO. Cabe ressaltar que mesmo com o recebimentos de recursos Estaduais e Federais o Município de Varginha fez investimentos muito significativos para contenção da pandemia e assistência à população de Varginha e região. Uma vez que os recursos eram recebidos diretamente nesta conta, solicitamos que esta constatação seja também considerada como sanada.

Análise da Justificativa: Segundo manifestação apresentada, todos os recursos para o enfrentamento à pandemia foram repassados dentro da conta da Administração Geral na LDO, porém verificado pela equipe de auditores que não houve a devida alteração/complementação na LDO.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.234.223/0001-30

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Varginha registrar na LDO créditos adicionais que poderão conter dotações específicas para situações emergenciais, conforme preconizado pelo Decreto Federal N.º 10.360/2020 Art. 1º incisos I, II e III e com a Instrução Normativa N.º 41/2020, Art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11 234.223/0001-30

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/04/2023

Ofício Nº: 2382023

Data: 26/04/2023

Observações: ofício relatório preliminar - pessoa jurídica Armado Fortunato Filho Secretário Municipal de Saúde

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/04/2023

Ofício Nº: 2392023

Data: 26/04/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:



Observações: ofício relatório preliminar - pessoa física

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Notificação de Relatório Preliminar encaminhado por meio do Ofício SES/AUDSUS n.º 238/2023 de 26/04/2023, à Secretaria Municipal de Saúde de Varginha (pessoa jurídica), recebido em 12/05/2023, conforme AR n.º BR 43070528 2BR e Ofício SES/AUDSUS n.º 239/2023 de 26/04/2023 ao Sr. L. C.C. (pessoa física), recebido em 11/05/2023, conforme AR n.º BR 43070529 6 BR. Houve solicitação de prorrogação de prazo feita pelo representante legal da pessoa jurídica da SMS de Varginha, por meio do Ofício/SEMUS/DRCAA/N.º 55/2023 de 07/06/2023 e concessão do prazo pelo AUDSUS por meio de Ofício SES/URSPDU-ARAS-SUS/MG n.º 5/2023 datado de 19/06/2023, conforme SEI 67980322.

Por meio do Ofício 70/2023/DRCAA de 18/07/2023 o Sr. A. N. B. (pessoa jurídica da Secretaria Municipal de Varginha), e o Sr. L. C. C. (pessoa física notificada), encaminharam conjuntamente a manifestação (tempestivamente) frente ao Relatório Preliminar de Auditoria. As justificativas foram analisadas pela equipe e emitido o Relatório Final de Auditoria, que foi encaminhado à SMS de Varginha e demais agentes responsabilizáveis, concedendo-lhes prazo para interposição de recurso em segunda instância.

VIII - CONCLUSÃO

O objetivo dessa auditoria foi analisar a gestão da Secretaria Municipal de Varginha em relação ao prestador, Hospital Regional do Sul de Minas, definido como primeira referência para atendimento COVID-19 no Plano de Contingência Operativo da Macro Região Sul. Avaliar a legalidade no que se refere à transferência de recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a maio/2021, frente ao cumprimento de monitorar, validar o acordo celebrado entre as partes por meio de contratos e convênios.

Transcorridas todas as etapas do presente processo, a equipe de auditoria concluiu que os objetivos foram alcançados. Através da análise dos documentos (extratos bancários, demonstrativos contábeis de receitas e despesas, prestações de contas), verificou-se que a SMS de Varginha aplicou adequadamente os recursos financeiros do FMS, FES e do FNS no prestador. Houve a celebração do convênio 016/20210 para a concessão de subvenção pela SMS, destinada à compra de equipamentos necessários à ampliação de atendimento do hospital por meio de habilitação de 10 (dez) novos leitos. Foi apresentada a prestação de contas e certificada a utilização dos equipamentos.

Verificou-se existência de instrumentos jurídicos formalizados com o Hospital Regional do Sul de Minas, de convênio, bem como termos aditivos, para o repasse de recursos financeiros recebidos de origem Federal e Municipal, destinados às ações de média e alta complexidade, para enfrentamento da COVID-19, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Foi verificado que a Secretaria Municipal de Saúde de Varginha não celebrou instrumentos jurídicos para o repasse de recursos financeiros recebidos de origem Estadual conforme determinou a Resolução SES/MG N.º 7.461/2021 e Termo de compromisso 829/7461 que normatiza o repasse. Foi demonstrado a utilização do recurso, porém, não houve celebração do devido instrumento jurídico, instruindo a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS, transferidos ao Hospital para enfrentamento da COVID 19.

A SMS de Varginha deixou a desejar principalmente por não ter utilizado devidamente os instrumentos de gestão para o monitoramento, controle e avaliação para a efetividade do sistema de saúde de forma plena. Não houve os devidos ajustes: inserindo as ações, metas e recursos financeiros para o enfrentamento da pandemia no Plano Municipal de Saúde e Programação Anual. A Secretaria também não promoveu a devida alteração/complementação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 identificando as ações, programas e despesas para enfrentamento da COVID-19. Os relatórios detalhados trimestrais (RDQA) foram aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde, mas não foram apresentados à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19. A Secretaria Municipal de Saúde de Varginha deve adotar medidas no sentido de sanar as inconformidades detectadas e adequá-las à legislação vigente. Foi emitida recomendação em relação às não conformidades, que deverão ser implementadas de acordo com a legislação pertinente.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria n.º 661 para conhecimento e oportunidade de interposição de recurso em 2ª Instância:



1. Ofício de Aplicação de Penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Varginha (Pessoa Jurídica);
2. Ofício de Notificação ao Sr. L.C.C. (Pessoa Física).

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativos, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Varginha;
2. À Superintendência Regional de Saúde de Varginha





IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

Anexo 1

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Varginha ao Hospital Regional do Sul de Minas no período de 01/03/2020 a 30/06/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1448/20	61/2017	03054/20	19/06/20	4.238.960,25	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1393/20	61/2017	03053/20	19/06/20	528.803,38	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1516/20	61/2017	03479/20	16/07/20	1.152.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1516/20 2754/20	61/2017	06033/20	20/11/20	384.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1666/20 MP 969/20	61/2017	00223/21	22/01/21	124.500,00	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1516/20 2754/20	61/2017	00738/21	02/02/21	384.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento. Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1516/20 2754/20	61/2017	00739/21	02/02/21	336.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1516/20 3571/20	61/2017	00779/21	09/02/21	672.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1666/20 MP 969/20	61/2017	00223/21	26/03/21	160.500,00	BB: 0032-9 / 2645-x			Sim. Através do Processos de Pagamento e Planilhas de monitoramento.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Anexo 1

CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1666/20 MP 969/20	61/2017	00223/21	21/05/21	81.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	373/21	61/2017	02306/21	30/03/21	144.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	431/21	61/2017	02306/21	30/03/21	336.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
BB: 0032-9 / 89.805-8	FES	7461/2021	-	61/2017	03646/21	06/06/21	315.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Não foi disponibilizada prestação de contas para preenchimento no Geicom mas apresentou comprovação de despesas
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	373/21	61/2017	02549/21	20/04/21	144.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	431/21	61/2017	02549/21	20/04/21	336.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	897/21	61/2017	03647/21	31/05/21	144.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	897/21	61/2017	03647/21	31/05/21	336.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1059/21	61/2017	04022/21	21/06/21	144.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
CEF: 0163 / 624.020-4	FNS	-	1059/21	61/2017	04022/21	25/06/21	336.000,00	BB: 0032-9 / 2645-x	Sim. Através do Processo de Pagamento e Planilhas de monitoramento.
TOTAL REPASSADO:							10.296.763,63	TOTAL GASTO:	